

MARCELO PONTES

Equipe econômica colhe primeiras vitórias

O horizonte começou a clarear para o plano de estabilização econômica do ministro Fernando Henrique Cardoso. A confirmação pelo Supremo Tribunal Federal da cobrança do IPMF em 1994 foi a última boa notícia de uma série que a equipe vem recolhendo desde a decisão anterior do STF a favor da constitucionalidade da Cofins, embora os bilhões de dólares desses dois tributos já estivessem computados nas contas magras do Orçamento de 1994.

O ministro registrou também a seu favor o fato de o mercado financeiro ter absorvido bem a unificação da taxa de câmbio. A maré positiva se completa com o afastamento do deputado Roberto Freire da liderança do governo na Câmara, o que abriu mais ainda o caminho para a maratona de conversas que o ministro Fernando Henrique iniciou dentro do Congresso para a aprovação do Orçamento e das propostas fiscais.

Nessa maratona, a agenda de negociação do ministro previa para ontem à noite dois jantares, um na casa do deputado José Serra com a bancada do PSDB, e o outro na casa do senador Humberto Lucena, presidente do Senaado, com figuras expressivas do Congresso.

Hoje, o ministro almoça com a bancada do PL e amanhã estará com toda a equipe econômica no Rio para uma reunião do Conselho Monetário Nacional, um abraço na Candelária organizado pelo movimento Viva Rio e almoço e jantar com empresários.

Os fatos positivos são animadores para a equipe econômica, mas não escondem as enormes dificuldades que ainda existem para aceitação e aprovação do plano de déficit zero, considerado ponto de partida do combate efetivo e duradouro à inflação.

A reação aos cortes orçamentários, inaugurada pelos militares, ganhou a adesão do procurador-geral da República, Aristides Junqueira. Como poder independente, Junqueira reivindicou ao STF o direito de ter autonomia no seu próprio orçamento. Ontem, antes da decisão que remeteu o

problema do procurador para o Congresso, Fernando Henrique teve um encontro com o ministro Luís Galloti.

A Constituição diz que o Ministério Público elabora sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Como a LDO normalmente é elaborada pelo Executivo e aprovada pelo Congresso, a autonomia do procurador Junqueira nessa área acaba sendo relativa. Todos, Executivo, Judiciário e Ministério Público, dependem da palavra final do Congresso, que tem a prerrogativa de discutir e aprovar o Orçamento.

As pressões, que também procedem do Legislativo, ainda não foram suficientes para remover o ministro da determinação de zerar o déficit público. Ele avançou ao admitir negociar fórmulas que substituam o aumento de 5% nas alíquotas de todos os impostos federais. Mas nenhuma das hipóteses discutidas até agora o fez desistir desses 5%.

Com os governadores, de quem se esperava feroz oposição por causa da retenção nos cofres da União de US\$ 15 bilhões do aumento de arrecadação, o ministro Fernando Henrique acha que está bem. Tem conversado com vários deles. O ministro acredita que obterá compreensão inclusive do governador Antônio Carlos Magalhães.

O presidente Itamar Franco reiterou todo o seu apoio a Fernando Henrique, destacando que jamais um ministro da Fazenda recebeu tanta solidariedade do chefe do governo. Mas pisou no freio das ambições reformistas da equipe econômica. Mandou o ministro da Justiça anunciar que as emendas de extinção dos monopólios estatais, propostas pelo ministro da Fazenda, não são endossadas pelo governo.

O fato de o presidente da República admitir publicamente que o ministro da Fazenda pode ser candidato à sua sucessão não é uma novidade que abale a política e a economia, mas também não serve para ajudar o ministro na paciente e minuciosa montagem da base de apoio ao plano econômico.